

ESTRATÉGIAS DE PROPAGANDA: oposição, repressão e controle de descontamentos no período severiano

Ana Teresa Marques Gonçalves

Professora de História Antiga da UFG. Doutoranda em História Econômica pela USP

No campo político romano, existiram vários movimentos de oposição aos imperadores. Estas expressões de descontentamento se dirigiam ao caráter pessoal e aos atos implementados pelos governantes, buscando manter ou modificar a ordem existente. Os movimentos oposicionistas eram implementados por membros de várias forças sociais, que agiam em defesa de seus próprios interesses. Os senadores se opunham aos imperadores que fugiam de seu ideal de *amicitia* e se negavam a ouvir as opiniões senatoriais e a defender seus interesses socioeconômicos. Os membros do exército se opunham aos príncipes que não se mostravam bons generais e que fugiam de suas funções de patronos. Os plebeus demonstravam o seu descontentamento quando o governante não cuidava de seu abastecimento e da manutenção de suas condições básicas de sobrevivência, como se demandava a um bom patrono. Os *equites*, os cortesãos e as elites provinciais eram cooptados e também expressavam o seu descontentamento com os príncipes quando os seus interesses eram maculados.

Segundo Richard Saller, enquanto nas relações de patronato/clientelismo se executavam trocas recíprocas entre homens de honra e status desiguais, como a estabelecida entre imperador e os integrantes das legiões e entre o governante e a plebe, o que caracterizava a *amicitia* era o fato dos que mantinham este tipo de relação se virem como pertencentes ao mesmo grupo de interesses e detentores de honra e status iguais (Saller, 1990:49). A amizade

dependia de valores e interesses compartilhados para se instituir como tal (Garnsey; Saller, 1987:154).

Sendo assim, como enfatiza Pierre Bourdieu, o campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, comentários, conceitos, acontecimentos e representações (Bourdieu, 1989:163-164). Os conflitos que se impõem no campo político, entre estas forças que querem garantir seus interesses, também são travados no campo simbólico. Estes conflitos simbólicos também se dão pela imposição de uma dada representação da sociedade e daquele que a governa. Mais uma vez nas palavras de Bourdieu, este poder simbólico de construir imagens e representações de si e do mundo é um poder de construção da realidade, que tende a estabelecer uma ordem e um sentido imediato ao mundo (Bourdieu, 1989:9).

Desta forma, o Príncipe deveria se comportar como ator político para conquistar e conservar o poder. Sua imagem poderia, assim, corresponder ao que seus súditos desejavam encontrar nele (Balandier, 1980:6). O governante deveria ser forte e ativo e sempre deter seus símbolos de poder, pois a primeira coisa que as resistências ao seu governo visam é demonstrar a sua vulnerabilidade, a sua importância relativa (Balandier, 1980:57). O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação meramente racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. O passado coletivo, elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação. É uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviço do poder presente. Este gere e assegura seus privilégios, colocando em cena uma herança (Balandier, 1980:7).

Sabemos que existiram quatro expedientes principais que foram usados pelos governantes romanos, na tentativa de controlar e/ou desarticular possíveis movimentos de oposição à sua pessoa e aos seus atos, enquanto chefes de Estado: a cooptação da elite, feita mediante as *adlectiones*; a formulação de leis, como formadoras de comportamentos sociais considerados adequados; a coerção; e a construção e divulgação de uma imagem imperial e das ações

empreendidas pelos príncipes, processo este que chamamos de propaganda. Estes expedientes eram empregados de forma conjunta pelos imperadores, visando à construção de um consenso social mínimo, que lhes garantisse condições de governabilidade.

Há várias maneiras de se estudar as imagens construídas e divulgadas pelos soberanos. Neste artigo, vamos estudá-las enquanto representações. Representação, diz Jacques Le Goff, é a tradução mental de uma realidade exterior percebida e liga-se ao processo de abstração, é uma expressão do pensamento que se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade (Le Goff, 1985:38). As representações envolvem atos de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, e constituem um campo no qual os agentes sociais investem seus interesses e sua bagagem cultural. As representações, expressas em objetos ou atos, são produtos de estratégias de interesse e manipulação (Pesavento, 1995:15). Todos os homens produzem representações de si e do mundo. No caso dos governantes, estas representações assumem um caráter oficial.

As representações são elaboradas a partir não apenas do que aconteceu, mas também levando-se em consideração o que se desejou que acontecesse, o que poderia ter acontecido (Pesavento, 1995:17). Estamos, portanto, no campo de um imaginário político, da capacidade de articular os símbolos existentes e de construir um processo comunicativo de idéias, de opiniões, de imagens. A instância das representações é, em si, um campo de manifestação de lutas sociais, de conflitos e de um jogo de poder. O discurso e a imagem, mais do que meros reflexos estáticos da realidade social, podem vir a ser instrumentos de constituição de poder (Pesavento, 1995:18). Estas imagens construídas precisam ter um mínimo de verossimilhança com o mundo vivido para que tenham aceitação social e para que possam ser decodificadas e compreendidas, ou seja, para que sejam críveis. O processo de construção e divulgação destas imagens é um jogo de espelhos, no qual o verdadeiro e o aparente se mesclam (Pesavento, 1995:24). Como nos informa Bronislaw Baczko, o controle do imaginário, de sua reprodução, de sua difusão e de seu gerenciamento assegura um impacto sobre as condutas e atividades individuais e coletivas, permite ainda canalizar energias e influenciar as escolhas (Baczko, 1984:27).

No famoso trabalho *A Economia das Trocas Lingüísticas*, Pierre Bourdieu enfatiza que a ação política tem como um de seus objetivos primordiais produzir e impor representações do mundo, capazes de agir sobre esse mundo e fazer com que os receptores destas representações ajam eles próprios sobre a realidade (Bourdieu, 1996:117). É o trabalho político de representação que incute, na

objetividade de um discurso público ou de uma prática exemplar, uma maneira de ver e de viver o mundo social (Boudieu,1996:120).

A representação é um vínculo entre a sociedade e o poder, poder este entendido como o elemento organizador da própria sociedade, o princípio da unidade social, o centro propulsor e organizador da coletividade. A representação deve sintonizar, portanto, a ação dos governantes com as aspirações dos governados (Voegelin,1979:7). Por isso, a representação que o imperador fazia de si mesmo deveria estar de acordo com os anseios dos vários estratos sociais, que formavam o seu grupo de apoio.

O imperador buscava carregar em si símbolos de seu poder, como, por exemplo, a túnica imperial purpúrea usada por Septímio Severo, e seus filhos e sucessores, Geta e Caracala (Herodiano,IV,1.4), bem como os anéis de pedras preciosas e o cinturão de ouro ostentados pelo último (Herodiano,IV,8.9). Estes atributos transmitiam a magnificência da posição social ocupada por estes homens. Mas nem todos os habitantes do Império tinham a oportunidade de ver o governante trajando os seus atributos. Por isso, era fundamental divulgar esta imagem através dos suportes de propaganda utilizáveis no mundo antigo, como as moedas e as estátuas, por exemplo.

No capítulo *O Rei-Estrangeiro ou Dumézil entre os Fiji*, Marshall Sahlins analisa como o poder dos signos funciona como os signos do poder (Sahlins,1999:112) e como o governante é visto como estando não somente acima da sociedade, como além dela. O monarca se mostra além da sociedade em termos morais e, por vir do além, o seu advento nas cidades transforma-se numa verdadeira epifania (Sahlins, 1999:110).

Dion Cássio, no livro setenta e cinco de sua obra *História Romana*, narrou os vários adventus de Septímio Severo nas cidades ocidentais e orientais, pelas quais passava ao encontro das legiões de Pescênio Nigro. O governante era sempre recebido com guirlandas de flores e aclamações. Nas cidades mais ricas e importantes do Império, os decuriões financiavam construções de prédios e arcos que pudessem agradar ao imperador e perpetuar a sua passagem pelo local. Segundo T. Kotula , entre os anos 203 e 204 d.C., planejou-se uma visita de Septímio Severo à África, província na qual ele havia nascido. Essa viagem , de acordo com o autor, nunca se realizou. Contudo, só o anúncio da possibilidade de ela ser feita, levou as elites municipais das cidades pelas quais o imperador passaria a erigirem inúmeros arcos e estátuas para homenageá-lo (Kotula,1985:151-165).

Criava-se, deste modo, o cenário para a passagem do imperador, para o que Clifford Geertz chamaria de teatralização da soberania (Geertz,2001:120).

A idéia de que o esplendor e o espetáculo são apenas um arranjo de vitrine é mal concebida. As cerimônias impressionam e um mundo inteiramente desmistificado seria um mundo inteiramente despolitizado (Geertz, 2001:122).

Numa outra obra, intitulada *O Saber Local*, Geertz afirma que o poder de qualquer soberano sempre tem um conteúdo sagrado. Temos que encontrar o poder dos líderes nos mesmos locais nos quais procuramos o poder dos deuses: nos ritos e nas imagens. A investigação do simbolismo do poder e da natureza deste poder são, na verdade, empreendimentos muito semelhantes. Sempre existe uma elite governante e um conjunto de formas simbólicas que expressam o fato de que os membros desta elite realmente governam. Não importa a extensão de conflito que existe entre seus membros, pois eles justificam a sua existência e administram as suas ações em termos de um conjunto de estórias, cerimônias, insígnias, formalidades e pertences que herdaram ou inventaram.

Drora Baharal dedicou o seu Doutorado na Universidade de Israel a produzir uma Tese sobre uma inovação feita por Septímio Severo, no intuito de justificar a sua ascensão ao poder após o assassinato de Pertinax, uma dessas inovações sugeridas por Geertz. Septímio Severo, a partir de 197 d.C., passou a se intitular filho de Marco Aurélio, enfatizando uma continuidade hereditária entre os Antoninos e os Severos. Tratou-se de uma novidade total no que concerne aos processos de adoção, visto que não foi Marco Aurélio que adotou Septímio como filho, mas Septímio que adotou Marco Aurélio como pai.

A *História Romana* de Dion Cássio menciona essa adoção severiana duas vezes. Na primeira, Dion Cássio reconta a sessão do Senado na qual o imperador pedia aos senadores que reconhecessem oficialmente que a partir daquela data Marco Aurélio era seu pai e Cômodo seu irmão, aproveitando para recomendar a anulação da *damnatio memoriae* de Cômodo e a posterior concessão de honras divinas a ele (Dion Cássio, 76,7.4). Na segunda referência, Dion Cássio conta uma pequena anedota. O senador Pollenius Auspex teria congratulado o imperador por este finalmente ter achado um pai para ele (Dion Cássio, 76,9.4).

A partir dessa aceitação da adoção por parte do Senado, Septímio passou a colocar nas inscrições de seus monumentos e nos sustentáculos de suas estátuas toda a genealogia da *gens* Aurelia, começando a lista de seus antepassados com Nerva. Drora Baharal discute esta inovação severiana e demonstra como nas suas imagens públicas veiculadas, Septímio buscava se aproximar das feições de Marco Aurélio.

São esses símbolos que dão ao centro do poder a marca de centro e ao que nele acontece uma aura de importância. A majestade não é inata, mas sim construída, por isso em torno do governante é necessário o estabelecimento de um culto. Estimula-se a crença de que o poder das divindades se manifestava através dos empreendimentos dos poderosos. O carisma das figuras dominantes na sociedade e daqueles que se jogam contra este domínio tem uma mesma origem: o poder sagrado, que é inerente a qualquer autoridade central do mundo antigo (Geertz, 1997:182-219).

O período severiano se iniciou em 193 d.C. com uma guerra civil, que se estendeu até 197 d.C. Durante este período temporal, Septímio lutou contra grupos que apoiaram sucessivamente Dídio Juliano, Pescênio Nigro e Clódio Albino, e saiu vencedor destas batalhas. Enquanto lutava, teve que fortalecer seus laços clientelísticos com suas legiões, com as cidades provinciais, pelas quais passava, e com a plebe urbana de Roma, e ainda angariar simpatias entre os senadores e equestres.

Zvee Rubin, em sua obra *Civil-War Propaganda and Historiography*, analisou exatamente este período de *stasis* enfrentado por Septímio e como ele utilizou os meios de comunicação existentes no momento para conseguir divulgar uma imagem positiva a seu respeito. Ele concluiu que as moedas, por exemplo, não serviam como um bom meio de disseminação de idéias nesse momento de guerra civil, pois a pressão política instalada requeria uma resposta propagandística rápida e imediata, e as cunhagens eram difusas e poderiam ser demoradas (Rubin, 1990:5). Para ele, em situações limites como as guerras civis, os meios de propaganda mais eficazes eram os rumores e os panfletos.

Dion Cássio menciona que, após uma *adlocutio* dos imperadores às tropas, normalmente se faziam distribuir panfletos (*hypomnemata*) entre os soldados, contendo o teor do discurso (Dion Cássio, 79,16.4). Alguns desses panfletos poderiam ser também enviados para Roma, para a leitura pelo Senado ou por plebeus, nas ruas. Dado o número grande de analfabetos numa sociedade de cultura oral como a romana, Nicholas Horsfall sugere, a respeito dessas leituras nas ruas, que se pense na possibilidade de existirem círculos literários nos quais ouvintes se reuniam ao redor de um leitor para ouvir partes de livros, poesias e, por que não, panfletos (Horsfall, 1996:134).

Além disso, lembremo-nos de que Dion Cássio também afirma que sua primeira obra como escritor foi um pequeno livro enumerando os *omina imperii*, isto é, os prodígios, sonhos, augúrios, oráculos e outras indicações da proteção divina à ascensão de Septímio Severo, os quais antecederam sua tomada do poder imperial (Dion Cássio, 73,23.1), ou seja, uma obra de

adulação ao imperador e que lhe serviu como suporte propagandístico . Septímio teria ficado tão feliz e satisfeito com a obra, produzida por um senador, que escreveu uma carta pessoal a Dion Cássio agradecendo seu empenho.

Na mesma noite em que recebeu esta carta imperial, Dion Cássio teve um sonho. Nele, um poder divino ordenava que ele escrevesse a História de Roma. Dion resolveu, então, escrever a história das guerras civis iniciadas com o assassinato de Cômodo (Dion Cássio, 72, 23.1-5) e pretendia finalizar seu texto com a morte de Septímio. Entretanto, pouco tempo depois da morte deste imperador, enquanto Dion ainda finalizava os seus escritos, ele teve outro sonho no qual observava todas as províncias imperiais junto com o então *divus* Septímio. Severo estava no alto de um pequeno palanque falando às tropas e de repente, virou-se para ele, pediu que se aproximasse e lhe ordenou que tomasse nota do que estava sendo dito. Dion Cássio resolveu, a partir desse sonho, continuar escrevendo a história de Severo (Dion Cássio, 79,10.1-2).

Como ressalta Z. Rubin, o sonho era visto na Antigüidade como uma forma de oráculo, uma mensagem da divindade (Rubin,1990:44). Então duas facetas dessa descrição de Dion Cássio devem ser notadas e apontadas. Em primeiro lugar, neste segundo sonho, Dion Cássio ratifica no seu escrito a divindade de Septímio após a sua apoteose .Observe-se que, enquanto no primeiro sonho é um poder divino que fala com ele, no segundo, é o próprio Severo deificado que vem lhe pedir para continuar escrevendo. Em segundo lugar, o sonho sofria sempre uma elaboração secundária, como os oráculos. Ele era sempre interpretado. E a interpretação dada por Dion Cássio para o seu sonho era a de que ele deveria escrever sobre os governos que sucederam o de Septímio.

Constata-se, desse modo, que uma das obras considerada pelos pesquisadores como significativa para a compreensão do período severiano foi escrita a partir de duas outras obras de caráter abertamente adulatorio. Em momentos de grande transtorno, como no caso das guerras civis, o poder político tinha de negociar com a incerteza e muitas vezes encarar situações que fugiam ao controle dos governantes. Foi exatamente por isso que ao final da *stasis*, Septímio sentiu a necessidade de confirmar a sua legitimidade e se posicionar como um continuador da dinastia Antonina, fazendo-se filho de Marco Aurélio.

Como diz Georges Balandier, o soberano não segue a ordem comum. Sua possibilidade de reverter a realidade constitui a sua diferença dos outros

mortais, a sua marca, a sua capacidade de se legitimar no exercício do poder (Balandier,1997:71). Como soberano, Septímio poderia adotar um pai ao invés de ser adotado por ele, tanto que o Senado acolheu o seu pedido e o ratificou sem grandes controvérsias. São essas imagens que reforçam a adesão social e que colocam as pessoas em movimento (Balandier,1997:15).

O poder só se exerce sobre pessoas e coisas se recorre, mesmo sob a opressão legitimada, aos meios simbólicos e ao imaginário. O acesso ao poder político é tanto o acesso à força das instituições quanto à força dos símbolos e das imagens. Todas as práticas e todos os rituais centrados sobre o portador da função suprema, desde seu aparecimento até a sua morte, requerem o uso de um vasto conjunto de símbolos, códigos e manifestações de aparências (Balandier, 1997:92). A aquiescência ou o consenso devem ser provocados. Não haveria efeitos de poder sem os meios que permitem obter um grande consentimento. A força legitimada não é suficiente; o recurso às dramatizações sociais, ao imaginário, à eficácia simbólica completa-a necessariamente (Balandier,1997:98).

Todavia deve-se lembrar que a arte do silêncio faz parte da arte política. O não-dito do poder não se inscreve nos buracos, mas nos relevos, nas saliências. A linguagem política só mostra uma parte da realidade, pois o poder deve também sua existência à sua apropriação da informação, de conhecimentos adquiridos, para governar e administrar, e, assim, exercer uma dominação (Balandier,1997:102).

Não foi à toa que Septímio Severo obrigou o Senado a declarar Clódio Albino, um antigo César, como inimigo do Estado, pois só assim poderia combatê-lo de forma bélica e transformar seus filhos em seus herdeiros. Da mesma forma, Caracala, após assassinar seu irmão Geta, obrigou o Senado a declarar a *damnatio memoriae* dele para que, sendo apagado da memória romana, o crime de Caracala ficasse sem punição.

Tanto quanto a oposição era dirigida no período imperial romano à pessoa do soberano e aos seus atos à frente do governo, a construção da imagem do soberano e a sua divulgação, como formas de buscar a criação de um consenso social mínimo, também giravam em torno da figura do Príncipe. Todo o processo imagético e simbólico se relaciona com o soberano, se simboliza e se dramatiza através dele. Mesmo quando a família imperial era representada, sua disposição no espaço dependia da colocação da figura do imperador. O soberano estava no centro da representação. Seu palácio, seu séquito, o cerimonial e as festas, tudo eram marcas de sua distinção. Como vimos, o próprio Príncipe era, pelo seu corpo, lugar de representação (Balandier,1997:104).

Assim, deter o poder é ter também a possibilidade de divulgar mensagens. As relações de comunicação são sempre relações de poder, que dependem na forma e no conteúdo do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes envolvidos nestas relações. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição e de legitimação da dominação (Bourdieu, 1989:11). O Príncipe, ao chegar ao poder, passa a deter a possibilidade de criar uma imagem para si e de divulgá-la pelo Império, através dos vários suportes que indicamos neste texto. E esta propaganda foi uma das formas encontradas para garantir a legitimação de seu poder de comando imperial.

• • •

BIBLIOGRAFIA

A) FONTES

CASSIO DIONE. *Storia Romana*. Traduzione di Alessandro Stroppa. Milano: BUR, 1998.

Dio's Roman History. English translation by Earnest Cary. London: William Heinemann, 1961. V. 9 (The Loeb Classical Library).

ERODIANO. *Storia dell'Impero Romano dopo Marco Aurelio*. Testo e Versione di Filippo Càssola. Firenze: Sansoni, 1967.

HERODIANO. *Historia del Impero Romano después de Marco Aurélio*. Traducción y Notas por Juan J. Torres Esbarranch. Madrid: Gredos, 1985.

HÉRODIEN. *Histoire de l'Empire Romain après Marc-Aurèle*. Traduit et Commenté par Denis Roques. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

The Scriptores Historiae Augustae. English translation by David Magie. London: William Heinemann, 1953. v.1 e 2 (The Loeb Classical Library).

B) OBRAS

BACZKO, B. *Les Imaginaires Sociaux*. Paris: Payot, 1984.

BAHARAL, D. *Victory of Propaganda*. Oxford: Tempus Reparatum, 1996.

BALANDIER, G. *A Desordem: Elogio do Movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

_____. *O Contorno: Poder e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

_____. *O Poder em Cena*. Brasília: Edunb, 1980.

BIRLEY, A. *Septimius Severus: The African Emperor*. London: Eyre & Spottiswoode, 1971.

BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CHARTIER, R. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, 11(5):23-54, 1991.

GARNSEY, P.& SALLER, R. P. *The Roman Empire*. London: Duckworth, 1987.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

_____. *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HORSFALL, N. *La Cultura della Plebs Romana*. Barcelona: PPU, 1996.

KOTULA, T. Thèmes de la Propagande Impériale à travers les Inscriptions Africaines du Bas-Empire Romain. *Bulletin Archéologique*. Paris, 19:257-263, 1985.

LE GOFF, J. *L'Imaginaire Médiéval*. Paris: Gallimard, 1985.

PESAVENTO, S. J. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 15(29):9-27, 1995.

RUBIN, Z. *Civil-War Propaganda and Historiography*. Bruxelles: Latomus, 1990.

SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

SALLER, R. P. *Personal Patronage under the Early Empire*. Cambridge: University Press, 1982.

VOEGELIN, E. *A Nova Ciência da Política*. Brasília: Edunb, 1979.